

LEVANTAMENTO DE CONSUMO E COMÉRCIO DE PANCS POR AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Juliane Macedo Magerski¹

¹Mestre em Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, pós-graduanda em Perícia e Auditoria pelo Centro Universitário Cesumar – UniCesumar, bacharel em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. engjuliane.mm@gmail.com

RESUMO

A agroecologia é definida de várias maneiras, sendo conhecida como uma ciência que engloba saberes, respeita as origens da produção alimentar e os trabalhadores, ademais, pode ser entendida como um modo de vida que enfrenta a agricultura convencional. A importância da agroecologia é enaltecida nas questões ambientais e na segurança alimentar. Como reflexo dessa importância, o governo federal instituiu uma lei para definir essa prática. Ligada a esta questão, encontra-se as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS) que já tiveram seu consumo maior do que atualmente, assegurando nutricionalmente várias famílias que em sua maioria encontravam-se no campo. Sendo assim o objetivo desse trabalho quantificar as espécies de PANCS consumidas e/ou comercializada por agricultores familiares da região de Marechal Cândido Rondon-PR, justificado pelo fato do município ter uma forte atuação na agricultura convencional é muito interessante que haja pesquisa sobre um aspecto que se contrapõe a fim de haver um panorama completo sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Pacote tecnológico; Agronomia; Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação ambiental tem seu início na década de 1970, mas foi na década de 1990 que esse debate se tornou institucionalizado internacionalmente. A partir de então, o termo “sustentabilidade” ganhou destaque e despontou em todos os setores sociais, incluindo pesquisas acadêmicas, gestão pública e indústrias de diversos setores.

Paralelo a isto e de maneira totalmente conectada, porém de forma até então pouco relacionada, encontrava-se em processo de fortalecimento a agroecologia. De forma genérica, Prates Júnior *et al.* (2016) definem a Agroecologia como um campo científico que busca estudar diferentes formas de agriculturas e desenvolver conceitos e práticas em seus aspectos estruturais e funcionais para gerar diretrizes mais sustentáveis. Ela, diferentemente de algumas proposições alternativas, apresenta especificidades que permitem sua configuração dentro do debate científico-acadêmico.

O termo agroecologia é apontado por vários autores como um conceito com diversos sentidos. Hecht (1993, p.5) chega a afirmar que o termo agroecologia chegou a significar muitas coisas”.

Este campo do conhecimento além de buscar o equilíbrio da produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais, deve ampliar a inclusão social, segurança alimentar e autonomia dos agricultores, minimizando os impactos do excesso de fertilizantes e agrotóxicos (PRATES JÚNIOR *et al.*, 2016).

Isso ocorre tendo em vista que os sistemas de produção intensivos tendem à degradação do solo e a redução dos serviços ecossistêmicos (NORRIS, CONGREVES, 2018).

Como citado anteriormente, a preocupação com os recursos naturais foi uma discussão presente no setor agrícola, tendo em vista as consequências do modelo Euro-Americano de agricultura, assim como a Revolução Verde. A Revolução Verde começa a partir do final dos anos 1960, início dos anos 1970, fundamentada na melhoria da produtividade agrícola, com melhoria genética de variedades vegetais, fertilizantes

químicos (de alta solubilidade), agrotóxicos (para combate de pragas) com maior poder biocida, e a motomecanização, que inicialmente apresenta alta produtividade mas que posteriormente apresenta alto impacto ambiental e social (EHLERS, 1994).

Ao mesmo tempo que o Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) apresenta dados sobre a expansão da produtividade advindas da adoção do “pacote tecnológico” implantado para fomentar o modelo agrícola firmado, também apontou que este é o fator que desaloja pequenos agricultores, tornando injusta a distribuição de renda, podendo não ser uma estratégia viável a longo prazo, “pois empobrece muita gente e aumenta a pressão sobre a base de recursos naturais mediante a super comercialização da agricultura e a marginalização dos agricultores de subsistência” (CMMAD, 1991, p. 56).

É importante pontuar que a história agrícola brasileira é de monocultivos em latifúndios, com o início na época da colônia de exploração. O pau-brasil, extraído para ser usado como matéria prima para corantes (destinados à indústria têxtil), foi alvo de alta exploração, por meio de um processo de destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira (PRADO JR., 1970, p. 25). A cana-de-açúcar foi o primeiro cultivo de monocultura feito pelos colonizadores em solo brasileiro, seguida pelo ciclo da mineração, do café e novamente da cana juntamente com a soja (PRADO JR, 1970).

Cavallet (1999) explica que a Agronomia no Brasil surge vinculada aos interesses da aristocracia agrária, que buscava, através de uma modernização tecnológica, superar as dificuldades conjunturais para a tradicional lavoura de monocultura de latifúndios, naquele momento mais fortemente representada pela cana-de-açúcar, com predominância da mão-de-obra escrava.

Norder, Lamine e Bellon (2015) explicam que, na verdade, o conceito de Agroecologia está envolvido em múltiplos significados, que possuem consenso em relação à crítica aos sistemas convencionais de produção. De acordo com Brandenburg (2002) o movimento agroecológico é um contra movimento ao domínio da lógica industrial de produção.

Os sistemas agroalimentares, ao compreenderem todos os processos da produção, distribuição e consumo dos alimentos, destacam-se pela sua importância na construção social de mercados. Nesse contexto, o distanciamento e a tecnização da agricultura fez com que as práticas tradicionais, assim como os saberes incorporados a elas, fossem esquecidas ou postos à margem.

Com o objetivo de garantir o equilíbrio dos fatores ecológicos e sociais, a integridade cultural das comunidades rurais, a equidade social, a valorização econômica das produções familiares, além do respeito aos recursos naturais, instituiu-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica por meio do decreto 7794/2012.

Segundo Debeux e Batista (2017), a produção agroecológica, além de garantir alimentos de qualidade do ponto de vista nutricional e sanitário, abrangem interações entre as dimensões ecológicas, sociais e culturais que permeiam todo o agroecossistema, ou seja, a agroecologia ocupa papel de suma importância na construção do desenvolvimento sustentável e está intimamente associada à segurança alimentar e à promoção de saúde.

Nesse sentido, Kinupp e Barros (2007) afirmam que o consumo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) pode ser estratégico para a diversificação alimentar. As PANCs são todas as plantas, ou partes de plantas, que poderíamos consumir, mas não consumimos, tendo preferência por algumas plantas das quais passam a ser as consumidas diariamente, sendo chamadas de convencionais (RANIERE, 2017).

Nos últimos anos a alimentação humana é baseada em uma pequena parcela de alimentos, de acordo com Kelen *et al.* (2015), aproximadamente 50% das

calorias consumidas no mundo provêm de cerca de quatro espécies de plantas, e 90% dos alimentos consumidos vêm de 20 tipos de plantas. Entende-se que o conhecimento sobre plantas que poderiam ser usadas como alimento ou medicamento foi gradativamente perdido e que essas diversas espécies nativas do Brasil, que acabam sendo chamadas vulgarmente de “mato”, “inços”, “daninhas” e outras denominações possuem uma importância ecológica, econômica e alimentar ainda pouco valorizada. (KINUPP & BARROS, 2007; KINUPP & BARROS, 2008).

Sendo assim, como objetivo desse trabalho buscou-se quantificar as espécies de PANCs consumidas e/ou comercializada por agricultores familiares da região de Marechal Cândido Rondon-PR, justificado pelo fato do município ter uma forte atuação na agricultura convencional é muito interessante que haja pesquisa sobre um aspecto que se contrapõe a fim de haver um panorama completo sobre a temática.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O município de Marechal Cândido Rondon, localizado no oeste do Paraná, com as seguintes coordenadas geográficas: 24° 33' 24" S, 54° 3' 24" O. Inserida em uma região reconhecida pela força do setor agropecuário, conta com o apoio técnico-científico proveniente do departamento de Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

A tipologia de pesquisa utilizada caracteriza-se como exploratória e descritiva, pois, segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias, e a descritiva possui como finalidade a descrição das características de determinada população ou de determinado fenômeno. O autor aborda que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, e procura explorar um problema ou situação para prover critérios e compreensão deste.

Após realizar um levantamento da quantidade de agricultores familiares por meio de contatos realizado com os produtores de hortas urbanas e com os que comercializam na feira do produtor rural, foi selecionado um número significativo de famílias para fazer o acompanhamento de seus cultivos em um raio de 10km do centro da cidade citada.

Inicialmente foram projetadas quatro visitas as propriedades, no intervalo entre 45-60 dias, incluindo a visita introdutória e explicativa. Em cada visita o objetivo foi analisar os espaços produtivos havendo a aplicação de um questionário final, de acordo com o que foi observado durante as visitas anteriores, visando obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, comportamento presente ou passado (GIL, 2008).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acredita-se que, assim como os resultados encontrados por Narcisa-Oliveira *et al.* (2018), as PANCs já tenham sido consumidas pelas famílias agricultoras, mas que sejam dificilmente encontradas no comércio local, não havendo muito incentivo para seu cultivo por meio da procura, e quando encontradas é principalmente em feiras livres.

Entretanto espera-se haver relatos de espécies que outrora foram consumidas pelas gerações passadas, mas que não são convencionalmente consumidas.

4 CONCLUSÃO

Acredita-se que o desenvolvimento de projetos que ampliem o conhecimento e a discussão sobre as PANCs na sociedade pode contribuir para uma mudança positiva

do atual paradigma alimentar, ampliando a variedade de opções de plantas para a alimentação humana. Além de haver potencial para promover a segurança alimentar e nutricional da população, também possui importância ecológica de valorização da biodiversidade, fundamental para a conscientização ambiental e o desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. H. C. de A. **A agroecologia e seus espaços de produção acadêmica na UFSCAR**. 108f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos. 2017.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

CAVALLET, V. J. **A formação do Engenheiro Agrônomo em questão**: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. 1999. 142 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DUBEUX, A.; BATISTA, M. P. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 22, n. 2, 2017.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HECHT, S. B. A Evolução do pensamento agroecológico. *In*: **Agroecologia e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: PTA/FASE, ano 1, n°. 1, ago. 1993.

KELEN, M. E. B.; NOUHUYS, I. S. V.; KEHL, L. C.; BRACK, P.; SILVA, D.B. **Plantas alimentícias não convencionais (PANCs)**: hortaliças espontâneas e nativas. 1. ed. UFRGS, Porto Alegre, 2015.

KINUPP, V.F.; BARROS, I. B. I. Riqueza de Plantas Alimentícias Não-Convencionais na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 5, n. 1, p. 63–65, 2007.

KINUPP, V. F.; BARROS, I. B. I. de. Teores de Proteína e Minerais de Espécies Nativas, Potenciais Hortaliças e Frutas. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 28, n. 4, p. 846–857, 2008.

NORRIS, C. E.; CONGREVES, K. A. Alternative management practices improve soil health indices in Intensive Vegetable Cropping Systems: A Review. **Frontiers in Environmental Science**, v. 6, n. 50, p. 1–18, 2018.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

PRATES JÚNIOR, P. *et al.* Agroecologia: reflexões teóricas e epistemológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 11, p. 246–258, 2016

RANIERE, G. R., **Guia prático de plantas alimentícias não convencionais**. 1. ed. São Paulo, Instituto Kairós, 2017.